

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 001/2020

O **PROCURADOR GERAL DO ESTADO DA BAHIA** no uso de suas atribuições e com vistas ao atendimento de necessidade de serviço temporário e excepcional torna pública a realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, observado o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, na forma prevista nos arts. 252 a 255, da Lei Estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 11.571, de 03 de junho de 2009, pela Lei Estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014, alterado pelo Decreto Estadual nº 16.290, de 24 de agosto de 2015 e pelo Decreto Estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, de acordo com a Instrução Normativa nº 009, de 09 de maio de 2008 e a Instrução Normativa nº 014, de 28 de dezembro de 2012 da Secretaria da Administração do Estado da Bahia, consoante às normas contidas neste Edital.

INSTRUÇÕES ESPECIAIS

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será coordenado, supervisionado e realizado pela Comissão constituída conforme PortariaPGE nº074, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia de 30 de setembro de 2020, obedecidas às normas deste Edital.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado será constituído por uma única etapa, Avaliação Curricular, de caráter eliminatório e classificatório, para a função temporária descrita no item 2.1 deste Edital.

1.3 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, a contar da data da publicação da sua Homologação, podendo, antes de esgotado esse prazo, ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração, por ato expresso do Procurador Geral do Estado da Bahia.

1.4 O Processo Seletivo Simplificado visa à contratação pelo prazo determinado de até 12 (doze) meses, com possibilidade de renovação por igual período, uma única vez.

1.5 Não poderão ser contratados candidatos que já tiveram 72 (setenta e dois) meses de Contrato REDA com o Poder Executivo do Estado da Bahia, salvo as exceções previstas no art. 82 do Decreto Estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

1.6 O Cronograma Provisório do Processo Seletivo Simplificado encontra-se no Anexo I deste Edital.

2. DAS VAGAS

2.1 Serão ofertadas o total de 32 (trinta e duas) vagas para a função temporária de Analista de Procuradoria - área de atuação de Apoio Jurídico, distribuídas por função temporária/ área de atuação e localidade, conforme quantitativo indicado na tabela seguinte:

| Código de inscrição | Função temporária | Localidade | Vagas ampla Concorrência | Vagas Reservadas Para negros* | Vagas Reservadas Para pessoas com deficiência** | Total de Vagas*** |
|---------------------|--|------------|--------------------------|-------------------------------|---|-------------------|
| 001 | Analista de Procuradoria - área de atuação de Apoio Jurídico | Salvador | 20 | 10 | 2 | 32 |

(*) Reserva de vagas para população negra em atendimento a Lei Estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, e ao Decreto Estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014.

(**) Reserva de vagas específicas para pessoas com deficiência em atendimento a Lei Estadual nº 6.677 de 26/09/1994, a Lei Estadual nº 12.209 de 20/04/2011 regulamentada pelo Decreto Estadual nº 15.805 de 30/12/2014 e ao Decreto Federal nº 3.298 de 20/12/1999 e alterações posteriores.

(***) Total de vagas incluindo as reservadas para candidatos negros e para pessoas com deficiência.

3. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

3.1. ANALISTA DE PROCURADORIA - ÁREA DE ATUAÇÃO DE APOIO JURÍDICO

3.2 REQUISITOS:

a) Diploma ou Certificado (acompanhado de histórico escolar), devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de ensino superior de Bacharelado em Direito, fornecido por Instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.3 ATRIBUIÇÕES:

Atividades de processamento de feitos, organização de precedentes, análise e pesquisa de legislação, doutrina e jurisprudência, elaboração de relatórios, indexação de documentos, atendimento às partes e outras correlatas.

3.4 REMUNERAÇÃO: Para a função temporária de Analista de Procuradoria - área de atuação de Apoio Jurídico a remuneração inicial é constituída de vencimento básico no valor de R\$2.000,55 (dois mil e cinquenta e cinco centavos) acrescido da Gratificação Especial de Apoio à Procuradoria-GEAP no valor de R\$ 2.200,60 (dois mil duzentos reais e sessenta centavos), perfazendo um total de R\$ 4.201,15 (quatro mil duzentos e um reais e quinze centavos).

3.5. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

4. DOS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

4.1 São requisitos e condições para contratação na função temporária:

- a) ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal;
- b) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- c) estar em pleno gozo e exercício dos direitos políticos;
- d) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e) estar em dia com os deveres do Serviço Militar para os candidatos do sexo masculino;
- f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições das funções temporárias;
- g) possuir idoneidade moral, comprovada pela inexistência de antecedentes criminais, atestados por certidões negativas expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;
- h) não ter perdido cargo eletivo de governador e de vice-governador do Estado e de prefeito e de vice-prefeito, por infringência ao dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;
- i) não ter contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;
- j) não ter contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes:
 - contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
 - contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
 - contra o meio ambiente e a saúde pública;
 - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
 - de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública;
 - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
 - de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
 - de redução à condição análoga a de escravo;
 - contra a vida e a dignidade sexual; e

- praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

k) não ter contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;

l) não ter sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

m) não ter sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

n) no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, que não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;

o) apresentar os documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos constantes no item 3.2 deste Edital;

p) não ter sido contratado pelo Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, com o Poder Executivo do Estado da Bahia pelo prazo de 72 (setenta e dois) meses, salvo as exceções previstas no art. 82 do Decreto Estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014;

q) cumprir as determinações deste Edital.

4.2 A não apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para a admissão da função temporária importará na perda do direito de contratação do candidato.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital e nos demais avisos, comunicados, erratas e editais complementares que vierem a ser publicados deste Processo Seletivo Simplificado, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2 Fica assegurada aos candidatos travestis e transexuais a inscrição e identificação neste Processo Seletivo Simplificado pelo nome social, além do nome civil, de acordo com o art. 69 do Decreto Estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

5.2.1 Será considerado, em todas as publicações, o nome civil dos candidatos travestis e transexuais.

5.3 Antes de realizar a inscrição o candidato deverá certificar-se que preenche todos os requisitos exigidos para participação no Processo Seletivo Simplificado estabelecido neste Edital. Será cancelada a inscrição se for verificado, a qualquer tempo, o não atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital.

5.4 É de inteira responsabilidade do candidato inscrito o acompanhamento da divulgação das informações referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

5.5 O candidato, ao efetuar a inscrição, não poderá utilizar abreviaturas quanto ao nome, idade e endereço.

5.6 As inscrições ficarão abertas, exclusivamente via Internet no site **selecao.ba.gov.br**, no período das **10:00h do dia 09/11/2020 às 23:59h do dia 13/11/2020(horário de Brasília/DF)**, de acordo com o item 5.7 (e subitens) deste Capítulo.

5.7. Para inscrever-se, via Internet, o candidato deverá acessar o site **selecao.ba.gov.br** durante o período das inscrições e, por meio dos links referentes a este Processo Seletivo Simplificado, efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos abaixo:

5.7.1 Ler as instruções, preencher o Formulário de Inscrição e transmitir dados pela Internet de forma completa e correta conforme o item **5.7** deste Capítulo, inclusive assinalar o Termo de Responsabilidade.

5.7.2 Ao inscrever-se, o candidato deverá informar no Formulário de Inscrição o código correspondente a função temporária/área de atuação e localidade para a qual pretende concorrer.

5.7.3 A inscrição somente será confirmada se o candidato preencher de forma completa e correta o Formulário de Inscrição e assinalar todos os campos eletrônicos.

5.7.4 Somente serão processadas as inscrições preenchidas eletronicamente e de forma correta.

5.7.5 O candidato somente terá a sua inscrição efetivada se forem realizados todos os procedimentos previstos no item **5.7** e respectivos subitens deste Capítulo.

5.7.6 É dever do candidato manter sob sua guarda o Aviso Eletrônico gerado ao término da sua inscrição.

5.8 O candidato inscrito não deverá enviar qualquer documento de identificação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato da inscrição, sob as penas da lei.

5.9 A Procuradoria Geral do Estado da Bahia não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.10 O descumprimento das instruções para inscrição implicará a sua não efetivação.

5.11 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

5.11.1 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br).

5.12 O candidato inscrito por terceiro assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do Formulário de Inscrição disponível via eletrônica.

5.13 Ao inscrever-se o candidato deverá indicar o código da opção da função temporária, conforme tabela constante no item **2.1** do Capítulo 2 deste Edital e da barra de opções do Formulário de Inscrição.

5.14 O candidato deverá efetuar uma única inscrição no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital.

5.15 O candidato que efetivar mais de uma inscrição no Processo Seletivo Simplificado terá a(s) primeira(s) cancelada(s), sendo considerada validada a última inscrição. Não sendo possível identificar a última inscrição efetivada, todas serão canceladas.

5.16 A comprovação da data e horário da inscrição dar-se-á mediante aferição da data e horário dos dados gerados e gravados quando da conclusão da inscrição feita pelo candidato.

5.17 As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à Comissão o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que não preencher o documento oficial de forma completa, correta, e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

5.18 Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de opção de função temporária.

5.19 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

5.20 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.

5.21 O candidato que exerceu efetivamente a função de jurado no período entre a data de publicação da Lei Federal nº 11.689, de 09 de junho de 2008 e a data de publicação deste Edital deverá prestar esta informação no ato de inscrição para utilização como um dos critérios de desempate, conforme item 9.3, alínea "d" do Capítulo 9 deste Edital.

5.22 Será cancelada a inscrição se for verificado, a qualquer tempo, o não atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital.

5.23 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

6. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

6.1 Às pessoas negras que pretendam fazer uso da prerrogativa que lhes é facultada no artigo 49 da Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, é assegurado o direito da inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado nessa condição.

6.1.1 Os candidatos negros com deficiência poderão se inscrever concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas negras nos termos da Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014, e para as vagas reservadas à pessoa com deficiência, nos termos do art. 8º, §2º, da Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

6.2 Do total de vagas que vierem a ser oferecidas durante o prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, 30% (trinta por cento) serão reservadas aos candidatos negros, por função temporária/área de atuação e localidade, em

cumprimento ao disposto no artigo 49 da Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, bem como às disposições do Decreto estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014.

6.2.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração superior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o primeiro número inteiro antecedente, em caso de fração igual ou inferior a 0,5 (cinco décimos), conforme previsto no Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

6.3 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição do Processo Seletivo Simplificado, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sendo vedada qualquer solicitação por parte do candidato após a conclusão da inscrição.

6.3.1 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar, em campo específico, ser negro (preto/pardo) e indicar se deseja concorrer às vagas reservadas.

6.3.2 A autodeclaração do candidato goza de presunção relativa de veracidade.

6.3.2.1 A autodeclaração do candidato poderá ser confirmada após procedimento de heteroidentificação.

6.3.2.2 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua admissão a função temporária, após procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.3.3 A autodeclaração é facultativa. Caso o candidato não opte pela reserva de vagas, concorrerá apenas às vagas destinadas à ampla concorrência.

6.3.3.1 A autodeclaração terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado.

6.4 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal.

6.5 O candidato negro que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso administrativo em favor de sua condição.

6.6 No dia 17/11/2020 será publicado no site Procuradoria Geral do Estado - PGE (www.pge.ba.gov) lista contendo a relação dos candidatos que optaram por concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros.

6.6.1 O candidato poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação indicada no item 6.6 ou, neste mesmo prazo, solicitar alteração de sua opção por concorrer às vagas destinadas aos candidatos negros.

6.6.2 No dia 21/11/2020 serão divulgados no site Procuradoria Geral do Estado - PGE(www.pge.ba.gov) as respostas aos recursos interpostos.

6.7 O candidato negro, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de ampla concorrência, terá seu nome constante da lista específica de candidatos negros, por função temporária/área de atuação e localidade.

6.8 As vagas definidas no item 6.2 deste Capítulo que não forem providas por falta de candidatos negros ou por reprovação no Processo Seletivo Simplificado, esgotada a lista específica, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância à ordem classificatória.

6.9 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

6.10 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos negros.

6.11 O candidato negro concorrerá concomitantemente às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado.

6.11.1 O candidato negro poderá concorrer concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atender a essa condição.

6.11.2 O candidato negro aprovado dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não será computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros.

6.12 A contratação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos negros.

6.13 O candidato inscrito como negro participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, quanto à avaliação, aos critérios de aprovação e à nota exigida para todos os demais candidatos.

7.0 DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

7.1 Às pessoas com deficiência é assegurado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou das que vierem a surgir no prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, para a função temporária/área de atuação e localidade, desde que a mesma seja compatível com a deficiência que possuem, conforme estabelece o artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal; Lei Estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994; Lei Estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011 regulamentada pelo Decreto Estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014; Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto Federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

7.1.1 Os candidatos negros com deficiência poderão se inscrever concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas negras, nos termos da Lei Estadual nº 13.182 de 06 de junho de 2014 e para as vagas reservadas à pessoa com deficiência, nos termos do art. 8º §2º, da Lei Estadual nº 6.677 de 26 de setembro de 1994.

7.1.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o item 7.1 resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração superior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o primeiro número inteiro antecedente, em caso de fração igual ou inferior a 0,5 (cinco décimos).

7.2 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadrar na definição do artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (Decreto Legislativo nº 186/2008 e Decreto Federal nº 6.949, 25 de agosto de 2009) combinado com os artigos 3º e 4º, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, do Decreto Federal nº 8.368, 02 de dezembro de 2014, da Lei Federal nº 13.146, 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

7.3 Não obsta a inscrição ou o exercício das atribuições pertinentes às funções temporárias a utilização de material tecnológico ou habitual.

7.4 Às pessoas com deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela legislação, é assegurado o direito de inscrição para a reserva de vagas em Processo Seletivo Simplificado, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições com a deficiência de que são portadoras.

7.5 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na legislação participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, a avaliação, aos critérios de aprovação e desempate, ao horário e ao local de realização da(s) etapa(s) e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

7.6 Destinar-se-ão vagas para os candidatos que se declararem deficientes, quando da confirmação de sua inscrição.

7.7 O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser pessoa com deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição, e que deseja concorrer às vagas reservadas, além de declarar que está apto a exercer a função para a qual se inscreverá.

7.8 O candidato que, no ato do preenchimento da Ficha de Inscrição não indicar sua condição de pessoa com deficiência e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal, bem como não poderá impetrar recurso administrativo em favor de sua condição.

7.8.1 No dia 17/11/2020 serão publicadas no site da Procuradoria Geral do Estado - PGE(www.pge.ba.gov) a lista contendo a relação dos candidatos que concorrerão às vagas reservadas.

7.8.2 O candidato poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação indicada no item 7.8.1, ou, neste mesmo prazo, solicitar alteração de sua opção por concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

7.9 O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de ampla concorrência, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

7.10 Em caso de desistência de candidato com deficiência aprovado para a vaga reservada, a mesma será preenchida pelo candidato deficiente posteriormente classificado.

7.11 Após publicação da lista de classificação e do resultado final do Processo Seletivo Simplificado, o candidato aprovado nas vagas reservadas para pessoas com deficiência será convocado, de acordo com o número de vagas, por função temporária/área de atuação e localidade, conforme previsto no Capítulo 2, para comprovação da deficiência apontada no ato da inscrição e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições da função temporária.

7.12 O candidato cuja deficiência seja considerada incompatível com o exercício das atribuições das funções temporárias será eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

7.13 As vagas reservadas aos candidatos inscritos na condição de pessoas com deficiência e não providas pela inexistência de candidatos aprovados ou pela incompatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições da função temporária, serão preenchidas pelos demais candidatos da ampla concorrência aprovados, observada a ordem geral de classificação.

7.14 Será excluído da lista de classificação o candidato cuja deficiência declarada na inscrição não for constatada através do Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional.

7.15 Após a investidura do candidato na função, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a aposentadoria por invalidez.

7.16 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições de algum dos subitens do item 7 implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

7.17 O candidato deficiente aprovado dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não será computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas a candidatos deficientes.

7.18 O candidato negro com deficiência que se inscreveu concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas negras, aprovado dentro do número de vagas reservadas aos candidatos negros, não será computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas a candidatos deficientes.

7.19 O candidato negro com deficiência que se inscreveu concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas negras, aprovado dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência, não será computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros e deficientes.

8. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

8.1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de uma única etapa, Avaliação Curricular, de caráter eliminatório e classificatório.

8.2. A Avaliação Curricular será realizada pela Comissão, conforme item 1.1 do Capítulo 1 deste Edital no dia **27/11/2020**, através das informações prestadas por meio do Formulário de Inscrição obrigatório, preenchida através do site selecao.ba.gov.br e dos documentos apresentados conforme Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e disponibilizado no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br).

8.3. A Avaliação Curricular visa aferir a Experiência Profissional e Cursos de Qualificação, Atualização, Capacitação, Aperfeiçoamento, Extensão e Pós Graduação *lato sensu*, a partir da análise dos comprovantes submetidos à Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.4 No quesito referente à Experiência Profissional serão considerados critérios específicos que permitirão avaliar o candidato a partir de experiências relacionadas às atribuições descritas nas especificações da função numerada no item 3.3 desse Edital.

8.4.1 Obrigatoriamente a experiência do exercício das atribuições deverá ser considerada nos últimos 15 (quinze) anos contados da publicação deste Edital.

8.4.2 A Experiência Profissional deverá ser comprovada conforme definido no Quadro 1, podendo ser conferida posteriormente pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia, mediante documentos complementares, e, constatando tratar-se de declaração falsa ou com inexistência de dados, poderá excluir o candidato do certame, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.5. Somente serão avaliados os títulos de cursos de Qualificação, Atualização, Capacitação, Aperfeiçoamento, Extensão e Pós-Graduação relacionados às atribuições da função temporária de Analista de Procuradoria - área de atuação de Apoio Jurídico, na forma do Quadro 2.

8.6 A pontuação relativa a experiência profissional e aos títulos se limitará ao valor máximo de acordo com os quadros de pontuação abaixo:

| Critérios da Avaliação Curricular - Analista de Procuradoria | | | | |
|---|--|----------------------|-----------------------------------|------------------|
| Área de atuação de Apoio Jurídico | | | | |
| QUADRO 1 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL | | | | |
| Comprovante: Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Contrato de Trabalho, Certidão de tempo de serviço emitida pelo INSS, Declaração emitida por entidade pública ou privada, ou por profissional regularmente inscrito em Conselho de Classe, bem como outros instrumentos equivalentes, observado o disposto no item 8.4.2 | | | | |
| Item | REQUISITO-A Experiência Profissional na área Jurídica. | Pontuação | Quantidade máxima de comprovações | Pontuação Máxima |
| 1 | Sem experiência | 0 | - | 0 |
| 2 | De 06 (seis) meses até 01 (um) ano | 1,0 | 5 | 1,0 |
| 3 | Acima de 01 (um) ano até 03 (três) anos | 1,5 | 5 | 1,5 |
| 4 | Acima de 03 (três) anos até 06 (seis) anos | 2,0 | 5 | 2,0 |
| 5 | Acima de 06 (seis) anos | 2,5 | 5 | 2,5 |
| Total da Pontuação Requisito A | | 2,5 | 5 | 2,5 |
| Item | REQUISITO - B Atividade/Serviço de Advocacia de acordo com o art. 1º da Lei nº 8.906/1994 | Pontuação | Quantidade máxima de comprovações | Pontuação Máxima |
| 1 | Sem experiência | 0 | - | 0 |
| 2 | De 01 (um) ano até 03 (três) anos | 2,0 | 5 | 2,0 |
| 3 | Acima de 03 (três) anos até 06 (seis) anos | 3,0 | 5 | 3,0 |
| 4 | Acima de 06 (seis) anos | 3,5 | 5 | 3,5 |
| Total da Pontuação Requisito B | | 3,5 | 5 | 3,5 |
| QUADRO 2 - CURSOS DE QUALIFICAÇÃO/ATUALIZAÇÃO/ CAPACITAÇÃO/ APERFEIÇOAMENTO/ EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO relacionados às atribuições da função temporária de Analista de Procuradoria - área de atuação de Apoio Jurídico. | | | | |
| Comprovação: Certificados, Declarações ou Atestados de conclusão de cursos realizados por instituições públicas ou privadas especializadas, conforme item 8.5 | | | | |
| Item | REQUISITO - C Qualificação, Atualização, Capacitação, Aperfeiçoamento e Extensão. | Pontuação por Título | Quantidade máxima de comprovações | Pontuação Máxima |
| 1 | Sem comprovação | 0 | | 0 |
| 2 | Cursos na área jurídica de qualquer natureza com carga horária inferior a 80h (oitenta) horas | 1 | 5 | 1 |
| 3 | Cursos na área jurídica de qualquer natureza com carga horária igual ou superior a 80h (oitenta) horas e inferior a 180h (cento e oitenta) horas. | 1,25 | 5 | 1,25 |
| 4 | Cursos na área jurídica de qualquer natureza com carga horária igual ou superior a 180h (cento e oitenta) horas e inferior a 360 (trezentos e sessenta) horas. | 1,5 | 5 | 1,5 |
| 5 | Cursos na área jurídica de qualquer natureza com carga horária igual ou superior a 360h (trezentos e sessenta) horas. | 1,75 | 5 | 1,75 |
| Total da Pontuação Requisito C | | 1,75 | 5 | 1,75 |
| ITEM | REQUISITO - D Pós-Graduação Lato Sensu | Pontuação por Título | Quantidade máxima de comprovações | Pontuação Máxima |

| | | | | |
|--------------------------------|--|------|---|------|
| 1 | Sem comprovação | 0 | - | 0 |
| 2 | Certificado, devidamente registrado, de curso de pós-graduação em nível de especialização na área jurídica, nacional ou estrangeira, com carga horária mínima de 360 horas, conferido após atribuição de nota de aproveitamento, acompanhado de histórico escolar. | 2,25 | 1 | 2,5 |
| Total da Pontuação Requisito D | | 2,25 | 1 | 2,25 |
| Total Máximo de Pontuação | | 10 | - | 10 |

8.6.1 Nos REQUISITOS A e B (Experiência Profissional na área Jurídica e Atividade/Serviço de Advocacia), constantes no Quadro 01, poderá haver acumulação do tempo de serviço em até 5 (cinco) títulos, não ultrapassando a pontuação máxima prevista.

8.6.1.1 Nos REQUISITOS A e B, constantes do Quadro 1, não haverá acumulação de pontuação, atribuindo-se ao candidato a pontuação de maior valor de cada um dos REQUISITOS, de acordo com o Item indicado pelo candidato.

8.6.1.2 Para efeito de pontuação dos REQUISITOS A e B, do Quadro 1, somente será considerada a experiência após a conclusão do curso de bacharelado em Direito.

8.6.2 No REQUISITO C (Qualificação, Atualização, Capacitação, Aperfeiçoamento e Extensão), do Quadro 2, poderá haver acumulação de horas de cursos em até (cinco) títulos, não ultrapassando a pontuação máxima prevista.

8.6.2.1 No REQUISITO C, do Quadro 2, não haverá acumulação de pontuação, atribuindo-se ao candidato a pontuação de maior valor, de acordo com Item indicado pelo candidato.

8.6.2.2 No REQUISITO D (Pós-Graduação Lato Sensu), do Quadro 2, o candidato poderá apresentar apenas 1 (um) título.

8.6.3 Em cada requisito da Avaliação Curricular será computada apenas a pontuação máxima que o candidato informou, não havendo acumulação de pontos num mesmo Item.

8.6.4 Para fins da Avaliação Curricular, cada título será considerado e avaliado uma única vez, sendo vedada a utilização de um mesmo título para pontuação em mais de um Requisito/Item.

8.6.5 A pontuação máxima obtida na Avaliação Curricular é de 10 (dez) pontos e considerar-se-ão habilitados os candidatos com pontuação igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos, desde que atendidas às exigências dos Capítulos 2, 4 e 5 deste Edital.

8.6.6 Os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 5,00 (cinco) pontos na Avaliação Curricular serão excluídos do Processo Seletivo Simplificado.

8.7 A Comissão divulgará, através do site www.pge.ba.gov.br, lista provisória dos candidatos habilitados na Avaliação Curricular por ordem de classificação, por função temporária/área de conhecimento e localidade, de acordo com a pontuação obtida no Formulário de Inscrição, conforme Cronograma Provisório constante Anexo I deste Edital.

8.7.1 Os candidatos habilitados na Avaliação Curricular e classificados provisoriamente em até 20 (vinte) vezes o número de vagas previstas neste Edital, por função temporária/área de conhecimento e localidade, incluindo os empatados na última posição, serão convocados para apresentar os documentos comprobatórios dos dados curriculares informados na Ficha de Inscrição, com vistas a validar a classificação.

8.7.2 Dentre os candidatos que concorrerem às vagas reservadas a candidatos negros, serão convocados para apresentar documentos os candidatos habilitados e melhores classificados, considerando o limite de 20 (vinte) vezes o número de vagas reservadas a candidatos negros por função temporária/área de conhecimento e localidade, incluindo os empatados na última posição, e desconsiderados os candidatos enquadrados no subitem 8.7.1, com vista a validar a classificação.

8.7.3 Dentre os candidatos que concorrerem às vagas reservadas a candidatos com deficiência, serão convocados para apresentar documentos os candidatos habilitados e melhores classificados, considerando o limite de 20 (vinte) vezes o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência por função temporária/área de conhecimento e localidade, incluindo os empatados na última posição, e desconsiderados os candidatos enquadrados nos subitem 8.7.1 e 8.7.2, com vista a validar a classificação.

8.7.4 O candidato convocado que não apresentar ou apresentar apenas em parte os documentos comprobatórios dos dados curriculares informados na Ficha de Inscrição será excluído desse Processo Seletivo Simplificado, ficando autorizada a convocação dos demais candidatos, observada a ordem de classificação por função temporária/área de conhecimento e localidade, até o efetivo preenchimento do quantitativo de vagas previstas no Quadro 2.1 deste Edital e formação de cadastro de reserva composto por 05 (cinco) candidatos habilitados para a Função Temporária.

8.7.5 Caso o documento apresentado seja desconsiderado ou reclassificado pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, poderá eventualmente ocorrer a alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para habilitação.

8.7.6 Os demais candidatos não convocados na forma dos Itens 8.7.1, 8.7.2, 8.7.3 serão considerados excluídos do processo seletivo, observado o disposto no item 8.7.4.

8.8 O candidato deverá encaminhar à Comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, no prazo definido em edital de convocação, cópia dos documentos exigidos nos itens 8.14 e 8.15 e seus subitens, bem como cópia do seu documento de identidade, com foto e que identifique sua data de nascimento.

8.9 As cópias dos documentos deverão ser encaminhadas via correios, registrada com aviso de recebimento (AR) ou SEDEX, à Procuradoria Geral do Estado da Bahia, endereço: Av. Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 370, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, CEP 41.745-005, em atenção à Comissão Responsável pelo Processo Seletivo Simplificado - Analista de Procuradoria - área de atuação de Apoio Jurídico.

8.10 Os documentos a serem enviados via postagem através dos correios, registrada com aviso de (AR) ou SEDEX à Procuradoria Geral do Estado da Bahia, deverão estar rubricados e numerados por página, em ordem sequencial, conforme estiverem listados na "Relação de Documentos para a Avaliação Curricular".

8.11 A "Relação de Documentos para a Avaliação Curricular" deverá ser apresentada em 1 (uma) via (obrigatoriamente digitada ou datilografada), conforme o modelo a seguir:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO CURRICULAR

| |
|--|
| Identificação do Candidato: 1) Processo Seletivo Simplificado:xxxxxxxxxxxxxxxx 2) Função Temporária: xxxxxxxxxxxx 3) Nome do Candidato: 4) Número do Documento de Identidade: 5) Número de inscrição: Lista de Documentos Anexos: Página 1 - Documento "x" Página 2 - Documento "y" Página 3 - Documento "z" Data e assinatura do candidato: |
|--|

8.12 O período de encaminhamento dos documentos será divulgado por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e divulgado no site Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br), conforme Cronograma provisório constante no Anexo I deste Edital.

8.13 Os documentos consistentes em declarações ou certidões devem ser apresentados em papel timbrado, redigidos de forma legível e com todos os dados necessários tanto a identificação das respectivas instituições ou órgãos expedidores como dos responsáveis pelas mesmas, sob pena de não reconhecimento dos mesmos.

8.14 A experiência profissional deverá ser comprovada através de um dos seguintes documentos:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS devidamente assinado pelo antigo empregador (s) onde constem as datas de admissão e demissão e anotações pertinentes a situações legais de suspensão do respectivo contrato de trabalho.

b) Contrato de Trabalho acompanhado dos contracheques dos três últimos meses contados da data do desligamento, Contrato de Prestação de Serviços acompanhado do comprovante do pagamento respectivo, ou outro instrumento equivalente.

c) Certidão de tempo de serviço emitida pelo INSS ou por órgãos ou entidades da Administração Pública.

d) Declaração emitida por entidade pública ou privada, ou por profissional, regularmente inscrito em Conselho de Classe, para quem prestou serviço.

e) Para exercício de atividade/serviço de advocacia, certidões de atuação em, no mínimo, cinco atos privativos de advogado, em causas ou questões distintas, durante o período de 12 meses, emitidas pelas respectivas varas de atuação, para cada ano de período de experiência profissional, acompanhada de documento oficial da OAB (por exemplo, carteirinha da OAB) que ateste a data de inscrição na OAB.

8.14.1 A experiência profissional poderá ser comprovada, de forma complementar, através de Declaração emitida por entidade pública ou privada, ou por profissional regularmente inscrito no Conselho de Classe, para quem prestou serviço, no que se refere às atividades desenvolvidas.

8.15 Para comprovação dos cursos de Qualificação, Atualização, Capacitação, Aperfeiçoamento ou Extensão relacionados à função de Analista de Procuradoria - área de atuação de Apoio Jurídico, serão aceitos certificados ou declarações de conclusão com até 15 (quinze) anos de realização contados a partir da data de publicação do Edital, nos quais deverão constar a carga horária; período do curso; nome da Instituição com timbre ou carimbo impresso; assinatura do responsável pela Instituição, com identificação e/ou carimbo e conteúdo programático.

8.15.1 Para comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de especialização em Direito, será aceito certificado, com carga horária mínima de 360 horas, atestando que o curso atende às normas da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Conselho Nacional de Educação (CNE) ou está de acordo com as normas do extinto Conselho Federal de Educação (CFE). O certificado deverá atestar, ainda, a carga horária mínima exigida. Também será aceita declaração de conclusão de pós-graduação em nível de especialização acompanhada do respectivo histórico escolar no qual conste a carga horária do curso, as disciplinas cursadas com as respectivas menções e a comprovação da apresentação e aprovação da monografia, atestando que o curso atende às normas da Lei Federal nº 9.394/1996, do CNE ou está de acordo com as normas do extinto CFE.

8.15.1.1 Caso o certificado não ateste que o curso atende às normas da Lei Federal nº 9394/1996, do CNE ou está de acordo com as normas do extinto CFE, deverá ser anexada uma declaração do responsável pela organização e realização do curso de que este atendeu a uma das normas estipuladas no subitem anterior.

8.15.2 Todo documento expedido em língua estrangeira somente será considerado se traduzido para a língua portuguesa por tradutor juramentado.

8.16 O encaminhamento dos documentos fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada, paratanto, a data da postagem.

8.16.1 Expirado o período de encaminhamento dos documentos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação, valendo para tanto a data de postagem.

8.17 Não serão aceitos documentos enviados por fax, e-mail, ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

8.18 Todos os documentos deverão ser comprovados com informações necessárias ao perfeito enquadramento e consequente valoração.

8.19 Os documentos deverão ser entregues em cópias simples, cuja autenticidade será atestada por servidor público no momento da contratação.

8.20 Serão aceitos documentos obtidos e entregues pelo candidato até a data final do prazo de recebimento, publicada em Edital de Convocação que estabelecerá o período para a entrega dos mesmos.

8.21 A irregularidade ou ilegalidade constatada em relação a algum dos documentos apresentados acarretará a desconsideração do mesmo. Comprovada a responsabilidade do candidato, será o mesmo excluído do Processo Seletivo Simplificado.

8.22 A Procuradoria Geral do Estado da Bahia divulgará, através da Comissão, no Diário Oficial do Estado da Bahia, relação contendo apenas os candidatos habilitados na Avaliação Curricular por ordem decrescente de pontuação, por função temporária/área de conhecimento e localidade até o limite de 20 (vinte) vezes o número de vagas previstas na

Tabela 1 do Capítulo 2 e que obtiverem pontuação igual ou superior a 5,00 (cinco) pontos após comprovação da documentação para Avaliação Curricular.

8.22.1. Os candidatos que obtiverem nota inferior a 5,00 (cinco) pontos, após comprovação da documentação da Avaliação Curricular, serão reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

8.23 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade nos dados curriculares e, comprovada a culpa do mesmo, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

8.24 Quando o nome do candidato for diferente do constante nos documentos apresentados, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).

8.25 Os documentos relativos a Avaliação Curricular, apresentados pelo candidato, terão validade somente para o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital.

8.26 Todos os documentos referentes a Avaliação Curricular, não retirados no prazo de 120 (cento e vinte) dias da homologação final do Processo Seletivo Simplificado, poderão ser inutilizados pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia.

9. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS

9.1 A pontuação final dos candidatos habilitados será igual à nota obtida na Análise Curricular.

9.1.2 A Procuradoria Geral do Estado da Bahia, através da Comissão, divulgará no Diário Oficial do Estado da Bahia, relação contendo a pontuação dos candidatos que cumpriram a etapa única;

9.2 Os candidatos habilitados serão classificados por ordem decrescente da nota final, observada a lista correspondente à reserva de vagas aos candidatos negros e aos candidatos com deficiência.

9.3 Na hipótese de igualdade de nota final, terá preferência, para fins de desempate, após a observância do disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) - considerada, para esse fim, a data limite para correção de dados cadastrais - sucessivamente, o candidato que:

a) obtiver maior nota na Experiência Profissional na área Jurídica - Requisito A, do Quadro 1, do item 8.6;

b) obtiver maior nota na Atividade/Serviço de Advocacia - Requisito B, do Quadro 1, do item 8.6;

c) obtiver maior nota nos Cursos da Avaliação Curricular - Quadro 2, do item 8.6;

d) tiver exercido efetivamente a função de jurado no período entre a data da publicação da Lei Federal nº 11.689, de 09 de junho de 2008 e a data de publicação deste Edital, desde que tenha informado no ato de inscrição, conforme o item 5.21 deste Edital;

e) mais idade, observando-se a data de nascimento, considerando dia, mês e ano.

9.4 Em caso de utilização do critério de desempate previsto no subitem 9.3 d deste Capítulo, o candidato será convocado posteriormente para envio da certidão comprobatória.

9.5 Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo Simplificado serão classificados em ordem decrescente de nota final por função temporária/área de conhecimento e localidade.

9.6 O Resultado Final deste Processo Seletivo Simplificado será publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e disponibilizado no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br) onde constarão as notas finais dos candidatos habilitados, por ordem decrescente de nota final, assim como a classificação por eles obtida.

9.6.1 O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será divulgado por meio de 03 (três) listas, a saber:

a) lista contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, inclusive os inscritos como candidatos negros e como candidatos com deficiência;

b) lista contendo a classificação exclusivamente dos candidatos negros habilitados;

c) lista contendo a classificação exclusivamente dos candidatos deficientes habilitados.

9.7 Da divulgação dos resultados no Diário Oficial do Estado da Bahia constarão somente os candidatos habilitados.

9.8 O candidato não habilitado nos termos deste Edital será excluído do Processo Seletivo Simplificado e não constará da lista de classificação final.

10. DOS RECURSOS

10.1 Será admitido recurso quanto:

- a) A divulgação da relação das inscrições deferidas dos candidatos com deficiência e dos candidatos que optaram a concorrer as vagas reservadas aos candidatos negros;
- b) A divulgação da Relação Provisória dos candidatos habilitados na Avaliação Curricular;
- c) Ao Resultado Provisório da Etapa Única: Avaliação Curricular do Processo Seletivo Simplificado.

10.2 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 02 (dois) dias úteis após a ocorrência do evento que lhes der causa, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do referido evento.

10.3 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.

10.4 Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.

10.5 O candidato deverá enviar o recurso através do e-mail selecaoreda@pge.ba.gov.br dentro do prazo para sua interposição, devendo dele constar o endereço para correspondência, telefone, e-mail e assinatura do candidato.

10.5.1 A comprovação do encaminhamento tempestivo do recurso será feita mediante data do seu envio eletrônico, sendo rejeitado liminarmente recurso enviado fora do prazo.

10.5.2 A PGE não se responsabiliza por recursos não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

10.6 Caso haja procedência de recurso interposto, poderá eventualmente ocorrer a alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior ou ainda poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver nota mínima exigida para habilitação.

10.7 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito.

10.8 Não serão aceitos recursos interpostos por fax, telegrama, correio ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

10.9 Cada item deverá ser apresentado em folha separada, identificada conforme modelo a seguir:

MODELO DE IDENTIFICAÇÃO DE RECURSO

| |
|---|
| Processo Seletivo Simplificado: Candidato: Código de Inscrição e Opção da função temporária/área de atuação: Nº de Inscrição: Nº do Documento de Identidade: Fundamentação e argumentação lógica: Fundação e argumentação lógica: Data e assinatura: |
|---|

10.10 Serão indeferidos os recursos:

- a) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo;
- b) cuja fundamentação não corresponda a fase recorrida;
- c) sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
- d) contra terceiros;
- e) encaminhados por meio da imprensa e/ou de "redes sociais *online*".

10.11 Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento referido no item 10.1 deste Capítulo, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.

10.12 Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso e/ou recurso do recurso.

10.13 A Comissão constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

10.14 As respostas a todos os recursos, quer procedentes ou improcedentes, serão levadas ao conhecimento de todos os candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado por meio do site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br), não tendo qualquer caráter didático, e ficarão disponíveis pelo prazo de 07 (sete) dias a contar da data de sua divulgação.

10.15 O resultado dos recursos será disponibilizado no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br).

11. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

11.1 A Procuradoria Geral do Estado da Bahia, por meio da Comissão, publicará em Diário Oficial do Estado da Bahia, de acordo com o Decreto Estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, o Resultado Provisório da Avaliação Curricular, contendo a relação dos candidatos habilitados em ordem decrescente de pontuação final, por função temporária/área de conhecimento e localidade, de acordo com a opção declarada no ato da inscrição.

11.2 A Procuradoria Geral do Estado da Bahia, através do seu Titular, publicará o Resultado Final e a Homologação do Processo Seletivo Simplificado no Diário Oficial do Estado da Bahia, de acordo com o Decreto Estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, contendo a relação dos candidatos habilitados em ordem decrescente de pontuação final, por função temporária/área de conhecimento e localidade, de acordo com a opção declarada no ato da inscrição.

11.3 As publicações de todos os resultados do Processo Seletivo Simplificado será feita em 03(três) listas, por função temporária/área de conhecimento e localidade, contendo:

- a) a primeira, todos os candidatos aprovados, inclusive os candidatos inscritos como negros e como deficientes;
- b) a segunda, apenas os candidatos aprovados inscritos como candidatos negros;
- c) a terceira, apenas os candidatos aprovados inscritos como candidatos com deficiência.

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1 Após publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado e da sua Homologação, o Procurador Geral do Estado da Bahia convocará os candidatos aprovados, conforme distribuição de vagas disposta no Capítulo 2 deste Edital, por meio de Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, de acordo com o Decreto Estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, segundo a opção de função temporária/área de conhecimento e localidade, observando, rigorosamente, a ordem de classificação final do Processo Seletivo Simplificado (lista de ampla concorrência, lista de candidatos negros e lista de candidatos com deficiência) para apresentação dos seguintes documentos:

- a) Original e cópia do diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de nível superior para a função que concorreu, expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC, conforme item 3.2 do Capítulo 3 deste Edital;
- b) Original e cópia da carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;
- c) Original e cópia do título de eleitor e dos comprovantes dos dois últimos pleitos ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral;
- d) Original e cópia do ato de exoneração ou do requerimento no ato da posse para o candidato que ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- e) Declaração de bens;
- f) Original e cópia do PIS/PASEP;
- g) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional;
- h) Declaração de não-acumulação de cargos, empregos e funções, ainda que não remunerados;
- i) Original e cópia do certificado de reservista para os homens;
- j) 03 (três) fotos 3x4 (recentes e idênticas);
- k) Original e cópia do comprovante de residência dos últimos 08 (oito) anos;
- l) Certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Federal;
- m) Certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Estadual;
- n) Folha de antecedentes da Polícia Federal de onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;

o) Folha de antecedentes da Polícia do(s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;

p) Certidão negativa da Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;

q) Certidão negativa da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;

r) Certidão negativa da Justiça Eleitoral;

s) Certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;

t) Declaração de que:

I - não tenha contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga a de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

II - não tenha perdido cargo eletivo de governador e de vice-governador do Estado e de prefeito e de vice prefeito, por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;

III - não tenha contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;

IV - não tenha contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;

V - não tenha sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

VI - não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

VII - no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;

VIII - não tenha sido responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;

IX - não tenha sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;

u) Procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiro, com firma devidamente reconhecida em cartório;

v) Comprovação de ter exercido efetivamente a função de jurado, conforme item 5.21 do Capítulo 5, deste Edital.

x) Número de conta corrente do Banco do Brasil;

y) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS para comprovação da experiência profissional conforme informado na Ficha de Inscrição Obrigatória;

z) Original e cópia da Certidão de Nascimento ou RG de filho (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos, se for o caso;

12.2 Além da documentação acima mencionada, será exigido o preenchimento de declarações ou formulários fornecidos pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia, bem como a apresentação dos documentos originais comprobatórios dos dados curriculares informados na Ficha de Inscrição, à época da contratação.

12.3As cópias dos documentos exigidos terão a autenticidade atestada por servidor público, mediante a apresentação do original, na forma do art. 3º, II, da Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018.

12.4 Na contratação serão convocados os candidatos aprovados das 03 (três) listas (ampla concorrência, candidatos negros e candidatos com deficiência), de maneira alternada e proporcional, devendo ser observada a seguinte ordem de convocação:

- a) Contratação pelas vagas destinadas à ampla concorrência;
- b) Contratação pelas vagas reservadas aos candidatos negros;
- c) Contratação pelas vagas reservadas aos candidatos com deficiência;

12.5 Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas, as vagas serão preenchidas por candidatos da lista de ampla concorrência, com rigorosa observância da ordem classificatória.

12.6 No caso de desistência formal da contratação, prosseguir-se-á a contratação dos demais candidatos habilitados, observada a ordem classificatória, bem como as disposições referentes às listas geral e específicas.

12.7 Somente serão contratados os candidatos que tenham apresentado original e cópia de todos os documentos relacionados no item **12.1** deste Capítulo observado o item **12.2**.

12.8 O candidato que, na data da contratação, não reunir os documentos requisitados enumerados acima ou não comprovar a autenticidade dos documentos comprobatórios dos dados curriculares informados no Formulário de Inscrição perderá o direito ao ingresso na referida função temporária.

12.9 O não comparecimento do candidato no ato da convocação acarretará a perda do direito da contratação na referida função temporária.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os atos, editais, portarias, avisos e comunicados referentes a este Processo Seletivo Simplificado no Diário Oficial do Estado da Bahia e no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br).

13.2 Correrão por conta exclusiva do candidato quaisquer despesas com documentação, interposição de recurso, material, exames laboratoriais, laudos médicos ou técnicos, atestados, deslocamentos, viagem, alimentação, estadia e outras decorrentes de sua participação no Processo Seletivo Simplificado.

13.3 Todos os cálculos descritos neste Edital serão realizados com 02 (duas) casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a 3ª (terceira) casa decimal for maior ou igual a 05 (cinco).

13.4 Todos os atos relativos ao presente Processo Seletivo Simplificado, editais, convocações, avisos e resultados, serão publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia ou no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br), de acordo com o cronograma do anexo I deste Edital.

13.5 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo Simplificado é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo Simplificado.

13.6 Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativos à habilitação, classificação ou nota de candidatos.

13.7 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

13.8 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.

13.9 Em caso de alteração/correção dos dados pessoais (nome, endereço, telefone para contato, sexo, data de nascimento etc.) constantes no Formulário de Inscrição, o candidato deverá efetuar a atualização no Protocolo da Procuradoria Geral do Estado da Bahia, Coordenação de Recursos Humanos, Centro Administrativo da Bahia - CAB, 3ª avenida, nº 370, CEP: 41.745-005, Salvador/BA, em dias úteis, das 08h30min às 12h00min e das 13:30 às 17:30min (horário local), ou remetidas via postal com registro para rastreamento e comprovação de entrega.

13.10 É responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for convocado, perder o prazo para ser contratado, caso não seja localizado.

13.11 A Procuradoria Geral do Estado da Bahia não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- a) endereço eletrônico errado ou não atualizado ou devolvido por qualquer motivo;
- b) endereço residencial errado ou não atualizado;
- c) endereço de difícil acesso;
- d) correspondência devolvida por razões diversas, decorrentes de informação errônea de endereço por parte do candidato;
- e) correspondência recebida por terceiros.

13.12 As alterações, atualizações e correções dos dados de endereço só poderão ser solicitadas dentro do prazo de validade do Concurso Público. Solicitações encaminhadas após este prazo não serão consideradas.

13.13 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, avaliação e/ou tornar sem efeito a contratação do candidato, em todos os atos relacionados a este Processo Seletivo Simplificado, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, inclusive a prática de qualquer ato ilícito para aprovação no Processo Seletivo Simplificado, assegurando o contraditório a ampla defesa.

13.14 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item **13.13** deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal e outros ilícitos penais cabíveis.

13.15 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

13.16 O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua exclusão do Processo Seletivo Simplificado.

13.17 As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irreversível, pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia.

Salvador, 27 de outubro de 2020

Paulo Moreno Carvalho

Procurador Geral do Estado da Bahia

ANEXO I

CRONOGRAMA PROVISÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

| EVENTOS | DATAS |
|---|-------------------------|
| Período de inscrições (exclusivamente via Internet). | 09/11/2020 a 13/11/2020 |
| Publicação da relação das inscrições deferidas da condição de candidatos com deficiência e candidatos que optaram a concorrer as vagas reservadas aos candidatos negros no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br) | 17/11/2020 |
| Prazo para recurso quanto ao indeferimento das inscrições na condição de candidatos com deficiência e candidatos que optaram a concorrer as vagas reservadas aos candidatos negros. | 18/11/2020 e 19/11/2020 |
| Divulgação das respostas dos recursos quanto ao indeferimento das inscrições na condição de candidatos com deficiência e candidatos que optaram a concorrer as vagas reservadas aos candidatos negros no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br) | 21/11/2020 |

| | |
|--|-------------------------|
| Publicação no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br) da Relação Provisória dos candidatos habilitados na Avaliação Curricular. | 27/11/2020 |
| Prazo de interposição de recurso quanto à divulgação da Relação Provisória dos candidatos habilitados na Avaliação Curricular. | 30/11/2020 e 01/12/2020 |
| Publicação no site da Procuradoria Geral do Estado da Bahia (www.pge.ba.gov.br) da Relação Final dos candidatos habilitados na Avaliação Curricular e publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia da Convocação para entrega de documentos para comprovação das informações prestadas no momento da inscrição, conforme item 8.7.1 do Capítulo 8 deste Edital. | 04/12/2020 |
| Prazo para entrega da documentação | 04/12/2020 a 11/12/2020 |
| Publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia do Resultado Provisório da Avaliação Curricular após análise da documentação pelo SINEBAHIA. | 15/12/2020 |
| Prazo para interposição de recursos quando ao Resultado Provisório da Avaliação Curricular após análise da documentação pelo SINEBAHIA. | 16/12/2020 e 17/12/2020 |
| Publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia do Resultado Final da Avaliação Curricular após análise da documentação pelo SINEBAHIA, publicação do Resultado Final, Homologação do Processo Seletivo Simplificado e publicação do edital de convocação para a apresentação da documentação admissional. | 22/12/2020 |

Portaria Nº 00239764 de 27 de Outubro de 2020

O(A) Procurador Geral do Estado do(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, no uso de suas atribuições, **resolve** designar **MAURICIO DE CERQUEIRA PEREIRA**, matrícula nº 06579186, para, em razão de Férias no período de 03 de Novembro de 2020 a 20 de Novembro de 2020, substituir **EDUARDO JORGE RODRIGUES BRANDAO**, matrícula nº 06577805, no cargo Coordenador Executivo, do(a) COORD DE GESTÃO ESTRATÉGICA.

PAULO MORENO CARVALHO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Portaria Nº 00239760 de 27 de Outubro de 2020

O(A) Procurador Geral do Estado do(a) PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - PGE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) Emenda Constitucional nº 22, de 28 de dezembro de 2015 e arts. 3º a 7º da Lei nº 13.471, de 30 de dezembro de 2015, **resolve** conceder o direito à Licença-Prêmio ao(s) servidor(es) integrante(s) do Quadro de Pessoal deste órgão, abaixo relacionado(s):

| Matrícula | Nome | Quinquênio | Data Início | Data Fim |
|-----------|---------------------------|-----------------------|-------------|------------|
| 13358902 | JOAQUIM RIBEIRO DE ARAUJO | 07.08.2015/06.08.2020 | 16.10.2020 | 30.10.2020 |

PAULO MORENO CARVALHO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO